

**A. I. Nº** - 180503.0519/03-6  
**AUTUADO** - SUPERMERCADO JABIF QUEIROZ LTDA.  
**AUTUANTES** - JOSÉ DE CASTRO DIAS  
**ORIGEM** - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTERNET** - 04.05.04

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0133-02/04

**EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO.** Infração caracterizada. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA.** AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Infração não elidida. **3. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR.** PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Exigência não comprovada, após consideração do montante constante como saldo inicial no Livro Caixa. **4. LIVROS FISCAIS.** LIVRO REGISTRO DE INVENTÁRIO. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. Infração não impugnada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 14/09/2003, exige o valor de R\$7.733,59, conforme documentação às fls. 7 a 19 dos autos, em razão:

1. da falta de recolhimento do imposto, no valor de R\$1.200,81, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, inerentes aos meses de abril e maio de 1998;
2. da falta de recolhimento do ICMS por antecipação, no valor de R\$443,76, inerente aos meses de janeiro e fevereiro de 1998, na qualidade de sujeito passivo por substituição, nas aquisições interestaduais de mercadorias sujeita ao regime de substituição tributária;
3. da falta de recolhimento do imposto, no valor de R\$5.689,02, decorrente da constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor na conta Caixa, nos meses de janeiro e fevereiro de 1998, e
4. da multa, no valor de R\$400,00, por ter deixado de escriturar os livros Registro de Inventário e Caixa nos exercícios de 2000 e 2001.

O autuado, apresenta defesa, às fls. 23 e 24 do PAF, onde alega que, segundo o autuante, o Caixa fora elaborado considerando todas as compras a vista e o saldo inicial zero, face a ausência do Livro Caixa. Ressalta que o preposto fiscal se equivocou quanto a ausência do referido Livro Caixa, inerente ao exercício de 1998, visto que, conforme cópia do protocolo (fl. 27), o citado livro consta dentre os documentos apresentados à fiscalização, o qual apresenta os seguintes saldos: 01/01/98 – R\$41.907,41 (saldo inicial); 31/01/98 – R\$54.295,50 e 28/02/98 – R\$46.169,75. Assevera que durante todos os meses, do referido exercício de 1998, fora registrado saldo devedor e em 31/12/98 o saldo devedor de R\$22.990,36, consoante fls. 28 a 68 dos autos. Entende que a ausência de tal “documento”, inquinaria a autuação pelo não cumprimento da obrigação acessória, o que não se vislumbrou no Auto de Infração.

Quanto às infrações 01 e 02, defende-se sob a alegação de que tais exigências foram objeto de parcelamento. Assim, requer que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O autuante, em sua informação fiscal, às fls. 71 e 72, ressalta que o contribuinte foi intimado para apresentar o Livro Caixa, referente ao exercício de 1998, consoante fl. 27 do PAF, porém foi apresentado “CAIXA/1998”, pois conforme fls. 28 a 69 dos autos, o autuado fez juntada de um relatório, emitido por computador, sem nenhuma formalidade, onde apresenta um saldo do exercício de 1997 (já decaído), no valor de R\$41.907,41, escriturado como dinheiro, sem nenhuma comprovação, o que é contraditório com a inadimplência no pagamento das duplicatas e imposto no mesmo período. Assim, entende como correto o valor exigido após exclusão do valor imaginário.

À fl. 76 dos autos, por determinação desta 2ª JJF, o PAF foi convertido em diligência no sentido do sujeito passivo comprovar, a exemplo do Livro Diário e/ou Declaração do IRPJ, o saldo inicial do Livro Caixa de R\$41.907,41 (fl. 28), tendo em vista a ausência de formalidades legais, conforme destacado pelo autuante, como também anexar aos autos as provas necessárias da sua alegação de que as duas primeiras infrações foram objeto de parcelamento anterior à ação fiscal.

Em atenção ao solicitado, foram anexados aos autos, às fls. 80 a 121, o Recibo de Entrega da Declaração Anual Simplificada, relativo ao exercício de 1997, junto à Secretaria da Receita Federal, e os Livros Caixa relativos aos exercícios de 1997 e 1998.

O autuante, à fl. 124 dos autos, em novo pronunciamento, entende que a juntada dos novos documentos só aumentou a sua convicção da inidoneidade dos documentos apresentados, quando da fiscalização, pois o suposto Livro Caixa, relativo ao exercício de 1998, constantes às fls. 96 a 121, novamente foi anexado sem revestimento das formalidades exigidas pela Lei e acusa um saldo inicial de R\$41.907,41, o que destoa do saldo apresentado no Livro Caixa do exercício de 1997, também sem as formalidades exigidas, no valor de R\$59.360,80. Ressalta que o contribuinte não atendeu a diligência quanto ao pedido de comprovação do Livro Diário ou Declaração do IRPJ, apenas juntando o recibo de entrega da Declaração Anual Simplificada/1997, onde não aparece o saldo da Conta Caixa, do que conclui que o sujeito passivo tem a informação, mas como é desfavorável ao mesmo, deixou de apresentar. Também registra que o contribuinte deveria, ao entrar com defesa, comprovar o pagamento ou parcelamento do débito referente aos itens reconhecidos ou não impugnados.

## **VOTO**

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o valor de R\$7.733,59, em razão da falta de recolhimento do ICMS, no exercício de 1998: escriturado nos livros fiscais próprios; por antecipação tributária; apurado através de saldo credor na Conta Caixa, como também da multa pela falta de escrituração dos Livros Registro de Inventário e Caixa, nos exercícios de 2000 e 2001.

Da análise das peças processuais, constata-se que o autuante desconsiderou o saldo inicial do Livro Caixa, n.º 10, no valor de R\$41.907,41, constantes às fls. 28 e 87 dos autos, sob justificativa de que tal livro trata-se mais de um relatório, emitido por computador, sem nenhuma formalidade. Observa-se, às fls. 82 e 83 do PAF, que o referido Livro Caixa, relativo ao exercício de 1997, teve seu saldo inicial de R\$250,00, o qual somado de todos os débitos (receitas de vendas) e deduzidos de todos os créditos (pagamentos) resulta no saldo de R\$59.360,80, conforme consignado à fl. 83 dos autos, cujo valor foi transferido a menos para o exercício de 1998 (saldo inicial) no montante de R\$41.907,41.

Verifica-se também que os citados débitos e créditos correspondem aos montantes da “Receita Bruta” e das “Compras no Ano-Calendário”, informados à Secretaria da Receita Federal, consoante Declaração Anual Simplificada, à fl. 80 do PAF.

Assim, entendo que, apesar da falta de formalidades legais do referido Livro Caixa (o que já é admissível para o Regime de SIMBAHIA) o aludido “Saldo Anterior”, no valor de R\$41.907,41, não deveria ser desconsiderado quando da ação fiscal, salvo intimação para o contribuinte comprovar o mesmo e aplicação do procedimento de arbitramento da base de cálculo para apuração do imposto e, nunca, pelo método de auditoria das disponibilidades.

Portanto, após tal consideração constata-se não existir os alegados saldos credores na Conta Caixa, o que torna a “Infração 03” insubsistente.

Quanto as demais infrações, não foram objeto de comprovação de ter sido quitada através de parcelamento (Infrações 01 e 02), conforme razões de defesa, à fl. 24 dos autos, apesar da diligência neste sentido, ou de impugnação (infração 04), sendo as mesmas subsistentes.

Do exposto, voto o Auto de Infração parcialmente procedente, no valor de R\$2.044,57, em razão de ter sido julgada improcedente a terceira infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n.º **180503.0519/03-6**, lavrado contra **SUPERMERCADO JABIF QUEIROZ LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.644,57**, corrigido monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$1.200,81 e 60% sobre R\$443,76, previstas, respectivamente, no art. 42, I, “a”, II, “d”, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, além da multa no valor de **R\$400,00**, prevista no art. 42, XV, “d”, da aludida Lei n.º 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de abril de 2004.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR